



DIREITOS HUMANOS E TEORIA CRÍTICA: O TRATAMENTO JURÍDICO DAS MULHERES NA CHAMADA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA

*Human rights and critical theory: The legal treatment of women in primitive
accumulation*

Ana Beatriz Motta Costa¹
 0000-0003-0928-8517

Vinicius Gomes Casalino¹
 0000-0003-0003-3315

RESUMO

O presente artigo mostra como as mulheres foram tratadas na transição do feudalismo para o capitalismo e como isso impactou diretamente a vida social, política e econômica delas, quando equiparadas aos direitos que os homens tinham. Mostra, ainda, como foram colocadas à própria sorte, pois até mesmo o Estado incentivou métodos e mecanismos para que fossem cada vez mais exploradas e dominadas. A esse respeito, o artigo conclui que a luta das mulheres transcende o continente Europeu, pois com a chegada da escravidão ao novo mundo, outras lutas foram travadas para que conseguissem se estabelecer e assegurar seus direitos. Para mais, o método utilizado no presente artigo foi o hipotético dedutivo, porque analisou informações já existentes para se chegar a uma conclusão, utilizando-se livros, artigos, publicações.

Palavras-chave: Caça às bruxas. Direitos humanos femininos. Políticas públicas. Racismo.

¹ Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Escola de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais, Faculdade de Direito. Campinas, SP, Brasil. Correspondência para/*Correspondence to:* A. B. M. COSTA. E-mail: <bia.motta@hotmail.com>.

Recebido em 30/8/2023, versão final em 15/9/2023, aprovado em 10/11/2023.

Como citar este artigo/*How to cite this article*

Costa, A. B. M.; Casalino, V. G. Direitos humanos e teoria crítica: o tratamento jurídico das mulheres na chamada acumulação primitiva. *Revista de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social*, v. 4, e239466, 2023. <https://doi.org/10.24220/2675-9160v4e2023a9466>



ABSTRACT

This article shows how women were treated in the transition from feudalism to capitalism and how this directly impacted their social, political and economic life, when equated to the rights that men had. It also shows how they were left to their own devices, as even the State encouraged methods and mechanisms so that they were increasingly exploited and dominated. In this regard, the article concludes that the struggle of women transcends the European continent, because with the arrival of slavery in the new world, other struggles were fought so that they could establish themselves and guarantee their rights. Furthermore, the method used in this article was the deductive hypothetical, because it analyzed existing information to reach a conclusion, using books, articles, publications.

Keywords: Witch hunt. Female human rights. Public politics. Racism.

INTRODUÇÃO

O Instituto de Pesquisas Sociais, que reuniu autores conhecidos como pertencentes à chamada Escola de Frankfurt, foi fundado em 1924 por um grupo de pesquisadores, sociólogos e cientistas sociais, que tinham como base de seus estudos a teoria e obras realizadas pelo teórico político alemão Karl Marx, entre outros, como, por exemplo, Sigmund Freud.

Ela foi fundada pelo trio de pensadores Max Horkheimer, Theodor Adorno e Friederich Pollock, e tinha como sede a Universidade de Frankfurt. Seu objetivo era promover grandes debates sobre artigos acadêmicos publicados por seus alunos ou até mesmo por outros discentes, que foram feitos a partir de estudos sobre o surgimento do capitalismo e as consequentes alterações sociais, políticas e econômicas que aconteceram com a implementação desse sistema, as transformações nas relações de trabalho e o surgimento da cultura e da indústria de massa (Cruz, 2022).

Dessarte, esse conjunto de estudos ficou conhecido como Teoria Crítica, uma vez que juntavam em seus conteúdos, além do paradigma marxistas, a psicanálise freudiana e a filosofias de Nietzsche, Schopenhauer, Hegel e Kant. Entretanto, é extremamente importante destacar que essas teorias críticas eram elaboradas, em sua quase integralidade, por homens brancos de classe social alta ou média, o que ocasionou a ausência de estudos sobre como o papel da mulher se consolidou nesse novo sistema.



Frisa-se que houve teorias desenvolvidas por esses pesquisadores sobre o papel das mulheres no século XX, como nos estudos da família burguesa e o poder familiar (Jay, 2008). Porém, nunca houve um estudo aprofundado do porquê as mulheres tiveram esse papel na sociedade capitalista e nem como que se desenvolveu essa força de produção feminina e suas eventuais consequências.

Aliás, esse é um dos grandes motivos que fez com que a escritora, pesquisadora, socióloga, feminista, italiana Silva Frederici, buscasse escrever teses que explicassem como a mulher foi lutando por seu reconhecimento no interior da sociedade e quem foram os grandes responsáveis pela propagação dessas ideias.

Foi a partir desta perspectiva teórica que ela escreveu a obra *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*, que conta a história das mulheres europeias desde a transição do feudalismo para o capitalismo e todos os acontecimentos que tiveram que suportar, como a desigualdade salarial (que viria a ser sucedido pela proibição do trabalho feminino); as políticas estatais de caça às bruxas, tendo como seu reflexo direto o massacre das mulheres e eventualmente, os primeiros episódios de racismos no novo mundo.

Para mais, o artigo também mostra como as mulheres e crianças negras foram tratadas durante a escravidão, sendo torturadas e humilhadas por seus senhores, que as compravam após serem traficadas para as américas.

Nesse ínterim, expõe que desde dessa época, a rivalidade entre as mulheres negras e brancas eram incentivada pelo Estado, haja vista que assim o patriarcado poderia se sustentar, uma vez que elas nunca iriam se agrupar para tentar reverter os ideias da época ou criar novos métodos que melhorassem suas condições de submissas, dependentes e exploradas. Assim, foi se consolidando o sistema capitalista que conhecemos nos dias atuais, com diferença salarial, econômica e política entre os sexos.

Desse modo, o artigo se encerra mostrando como o Estado brasileiro não conseguiu fazer, de forma efetiva, a institucionalização de leis que visam acabar com essa disparidade, haja vista que possui medidas coercitivas despretensiosas.

Necessário expor que o artigo foi redigido utilizando o método hipotético dedutivo, porquê analisou informações já existentes para se chegar a uma conclusão, empregando-se livros, artigos (físicos e digitais), publicações e revistas.



TRANSFORMAÇÕES NA EUROPA: A CHAMADA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA

A idade média foi uma época marcada por grandes batalhas, nas quais as pessoas se viram obrigadas a conviverem juntas em favor de um senhor, pois ele era o dono dos feudos que possuíam muros para afastar os invasores e promover as políticas que regiam essas pequenas cidades.

Nesse sentido, elas foram divididas em basicamente três grandes grupos sociais: clero, nobreza e as pessoas comuns. O clero e a nobreza eram os grupos hierárquicos de maiores níveis, pois possuíam benefícios políticos e fiscais, além de não exercerem trabalhos laborais, como o cultivo das lavouras ou a produção e o cuidado dos animais pastoris. Em outras palavras, eles eram as pessoas de maior proveito econômico que exerciam ordens sobre seus inferiores.

Em último plano vinham as pessoas que eram encarregadas de pagar impostos e de arcar com altas tributações, como os burgueses, comerciantes, profissionais liberais, camponeses. Eles correspondiam a 95% da população e, apesar de uma grande parte deles trabalharem nas plantações, enfrentavam grandes dificuldades para conseguirem sobreviver, como a alimentação e o vestuário (Silva, 2023).

Entrementes, ao passo em que o clero e a nobreza estudavam a melhor forma de conter esse sistema feudal, a terceira classe se dividia para executar as tarefas que lhe eram impostas. Desse modo, atenuou-se os desdobramentos entre a separação de trabalho entre os homens e as mulheres.

Entretanto, essas relações começaram a se modificar com o advento do capitalismo, pois as terras que antes eram comuns e que proporcionavam moradia e o sustento das famílias, passaram a ser privatizadas e cercadas, ao passo em que a industrialização começava a surgir. Esse fenômeno, ficou conhecido na Inglaterra, como “Lei do Cercamento”, na qual se baseava na destruição de todas as moradias que se estabeleciam no perímetro desejado pelo senhor feudal e a expulsão de todas as pessoas que ali residiam, inclusive, com os animais e os objetos que lhe pertenciam (Marx, 2013).

Nesse diapasão, após a retirada forçada dessas pessoas, a gleba era cercada e eram inseridas ovelhas no local, pois seus pelos eram utilizados no mercado têxtil e o terreno era utilizado como pasto. Conseqüentemente, houve êxodo rural, culminando na grande acumulação de mão de obra nas cidades e o aumento significativo da “vadiagem”.



Logo, como a mão de obra era abundante e os empregos eram escassos, o trabalhador se viu inserido num sistema totalmente abusivo e repressivo, pois chegavam a trabalhar 16 horas diárias e em troca recebiam salários com valores tão ínfimos que sequer conseguiam sustentar suas famílias, ocasionando a exploração do trabalho infantil como forma de complementação da renda.

Esse cenário fez com que surgissem vários motins por toda a Europa, pois a população estava insatisfeita com o modo como vinham sendo explorados e, para tentar contê-los, o Estado começou uma série de políticas que iniciariam a degradação da mulher e a misoginia. É importante ressaltar que todas essas políticas, em algum momento, receberam incentivos das diferentes classes sociais, pois todas visavam beneficiar os homens.

Com a instauração do capitalismo, começou também as diversas formas de exploração do proletariado, pois os senhores, donos dos meios de produção, buscavam receber o maior lucro possível em face dos trabalhadores que vendiam sua mão de obra, uma vez que o mercado estava farto de desempregados.

Para isso, adotaram políticas que degradavam não só os adultos, mas também crianças. Primeiramente, necessita-se falar que as crianças, apesar de receberem bem menos do que os homens adultos (cerca de 1/5 do que eles recebiam), eram obrigadas a laborarem quase a mesma quantidade de horas, isto é, em média trabalhavam de 12 a 14 horas diárias.

Em relação ao trabalho feminino, as mulheres, no início, tinham as mesmas funções dos homens, porém, recebiam uma quantia menor pelo trabalho laborado, cerca de 60% menos. Todavia, esse sistema de funções igualitárias começou a mudar com o início das políticas efetivadas pelo Estado e apoiadas pela população.

Um dos exemplos que podemos citar foi a aliança feita entre artesãos e os governantes, nos quais aqueles reivindicavam que a tecelagem fosse um trabalho exclusivo para os homens, pois argumentavam que as mulheres ganhavam menos para exercerem a mesma função e, com isso, estavam roubando os clientes deles. Essa reivindicação foi tão forte que artesãos de cidades inteiras chegaram a suspender seus trabalhos enquanto não fosse aprovada a nova política (Federici, 2004).

Com isso, o Estado não demorou para inserir a nova lei em seu ordenamento, tornando o trabalho artesão feminino proibido em toda a Inglaterra. Ademais, também



foram aprovadas políticas que suspendiam os direitos das mulheres trabalharem em outras profissões, como nas fábricas, parteiras, nas casas de prostituições, fazendo com que os poucos empregos que sobrassem, como faxineiras, lavadeiras, cozinheiras, criadas, pagassem uma quantia mínima de salário.

Para mais, esses salários não eram pagos diretamente a essas mulheres, mas sim aos seus maridos. Desse modo, de acordo com a filósofa britânica Pateman (1988), surgiu uma nova divisão sexual do trabalho, ou ainda, um novo contrato social – [elas] ocultavam sua condição de trabalhadoras e davam aos homens livre acesso aos seus corpos, ao seu trabalho e aos corpos e aos trabalhos de seus filhos (Federici, 2004).

Desta feita, de acordo com o novo contrato social, as mulheres proletárias se tornaram para os trabalhadores homens, substitutas das terras que eles haviam perdido com o cercamento, seu meio de reprodução mais básico e um bem comum de que qualquer um podia se apropriar e usar quando de sua vontade (Federici, 2004).

Outrossim, as mulheres também passaram a ser vistas e definidas como “mulher comum”, termo que foi introduzido pelo historiador Karras (1989 *apud* Federici, 2004), que o usava inicialmente para denominar prostitutas, mas que após a entrada desse novo acordo, começou a ser expandido para todas. Isto porque, de acordo com Federici (2004, p. 191):

[...] na nova organização do trabalho, todas as mulheres (exceto as que haviam sido privatizadas pelos homens burgueses) tornaram-se bens comuns, pois uma vez que as atividades das mulheres foram definidas como não trabalho, o trabalho das mulheres começou a parecer um recurso natural, disponível para todos, assim como o ar que respiramos e a água que bebemos.

Neste ponto de vista, alega-se que tais políticas foram o marco da derrota histórica feminina, porque elas foram expulsas dos ofícios em que trabalhavam, sofreram a desvalorização do trabalho reprodutivo e, com isso, deu-se a pobreza feminilizada.

Entrementes, surgiram os primeiros resquícios da “acumulação primitiva” masculina sobre o trabalho feminino, uma vez que as mulheres começaram a depender exclusivamente de seus empregadores e de seus maridos para sobreviverem.

Quanto ao papel do Estado, vale ressaltar que a relação da mulher com o poder público, desde o feudalismo até o começo do desenvolvimento capitalista, sempre foi marcada pelo desapaziguamento, e isso deu-se pelo fato de que elas nunca conseguiram alcançar o poder de fato, sendo excluídas das relações mais básicas que existiam.



Em princípio, as terras feudais, que tinham como proprietários os nomes dos homens da família, eram passadas para suas companheiras de forma espontânea após a morte de seu cônjuge. Entretanto, ao passo em que os anos foram se passando, esse direito de herdar terras de seus falecidos maridos e viverem sozinhas, se tornou proibido em quase todas as cidades europeias, e aquelas que as permitiam, tornavam a situação insustentável, uma vez que elas não conseguiam sobreviver diante das exclusões do Estado.

Outro cenário em que vimos essa exclusão (e que se propaga até os dias atuais), foi o fato de que as mulheres não podiam conduzir a missa ou fazer parte do clero eclesiástico, acarretando com que muitas delas se convertessem a seitas hereges, pois elas podiam administrar esses rituais sagrados e até mesmo, exercer o papel de “líderes religiosas”.

Foi nesse aspecto em que elas desenvolveram e passaram para seus seguidores juízos totalmente opostos às que pregavam o catolicismo, como a ideia de que Deus não estava nas coisas materiais e que não cobraria indulgências para se entrar no céu após a morte, pois os humanos foram criados diante da imagem dele, assim, cada pessoa já o possuía dentro de si mesmo.

Também exaltaram os corpos masculino e feminino, nos quais alegavam que a relação sexual não necessariamente deveria ser com o intuito da procriação, ou que deveria ser apenas com sua respectiva esposa/marido, estimulando a prática da sodomia e dos métodos contraceptivos (com o uso de ervas para se tornarem estéreis e supositórios vaginais, que usavam para estimular a menstruação) (Federici, 2004).

Consequentemente, várias pessoas começaram a migrar de religião, refletindo não só nos défices da Igreja, como no número populacional europeu. Deve-se lembrar que houve nesse período a grande crise econômica, acarretada pela peste negra, pelas cruzadas, pela fome (instaurada pelo clima seco e, como efeito, o aumento do preço dos alimentos) e pela morte.

Dessa maneira, o clero adotou medidas drásticas para tentar retomar o poder e a influência que tinha, proibindo qualquer religião que não fosse o catolicismo, a decretação de leis que proibiam as práticas de sodomia e do uso de contraceptivos pelas mulheres, o fim de várias indulgências que antes eram cobradas da população, o início das missões nas terras ameríndias para a catequização dos povos nativos, o incentivo ao casamento, entre outras.



Tais ações fizeram com que a religião católica conseguisse alcançar, em parte, seus objetivos, ganhando seguidores e retomando certo poder que continha. Todavia, com o início da Reforma Protestante, no século XVI, liderada por Martinho Lutero, o protestantismo começou a se expandir, causando mais uma vez reflexos diretos as mulheres.

Para mais, uma outra política totalmente misógina que já fez parte das leis europeias, sobretudo na França, foi a quase descriminalização do estupro em face das mulheres de classe baixa. Esse evento aconteceu em meados do século XVI, quando os homens da classe média, aprendizes ou empregados domésticos, jovens e filhos das famílias ricas que estavam em falência, estavam totalmente insatisfeitos com o governo, devido ao baixo salário e as altas horas de período trabalhado (Federici, 2004).

Dessarte, para fazer os ataques, eles se juntavam em pequenos grupos, invadiam casas e barracos de meninas solteiras que trabalhavam normalmente como lavadeiras ou criadas e consumavam o ato em suas próprias residências ou as arrastavam rua a fora, sem que nenhum soldado ou agente público os repreendessem.

Aliás, a pena para os ataques não passava de uma simples advertência verbal (não aplicavam nenhum tipo de sanção, nem mesmo multa), pois os príncipes e autoridades da época tinham medo que esses proletários se juntassem e os expulsassem do poder. Assim, viam esse crime como um protesto de classe.

Por outro lado, as meninas violadas, muitas vezes, tinham que sair da cidade ou se dedicar à prostituição, porque haviam tido sua reputação destruída. Esses atos foram tão brutais, que separou cada vez mais a classe baixa dos burgueses.

Outrossim, ao passo em que o estupro foi se descriminalizando e o número de prostitutas foi aumentando, o Estado, apoiado pela Igreja, começou a implementar a institucionalização da prostituição, isso é, bordéis municipais eram financiados por impostos pagos ao governo, além de cancelar punições e restrições referente a libertinagem (Federici, 2004). Um dos motivos desse patrocínio, além do fato de que eles estavam com medo de uma revolução de classe, foi porque o clero acreditava que esse comportamento poderia acabar com a relação homossexual e incentivar a relação familiar, haja vista que os grupos hereges estavam ganhando cada vez mais seguidor com os princípios que pregavam. Logo, o Estado virou o único agente capaz de confrontar a generalização da luta e de preservar as relações de classe (Federici, 2004).



O SISTEMA DE REPRESSÃO DO CORPO FEMININO

Com o passar do tempo, ao passo em que o protestantismo foi abarcando cada vez mais fiéis e deixando o catolicismo com cada vez menos influência, haja vista que pregavam ideias que conquistaram a terceira classe (pois tinham como ideia central que a fé não girava em torno de dinheiro), mais as mulheres se viram desamparadas pelo governo.

Nesse sentido, é necessário assinalar que tanto Martinho Lutero, líder religioso, como os estudiosos como Thomas Hobbes, Francis Bacon, Johannes Kepler, Galileu, Shakespeare, Pascal, Descartes, Jean Bodin, apoiaram e incentivaram tais políticas, chegando até mesmo a discutirem punições (torturas) mais severas no que diz respeito às Leis de Caça às Bruxas (Federici, 2004).

Pois bem, foi no cenário de fome e guerra que esses ideais misóginos ganharam cada vez mais apoiadores, isso porque, com os preços dos alimentos altos e os salários baixos, várias famílias decidiram que não mais engravidariam, pois não iriam conseguir alimentar mais uma “boca”. Além disso, várias crianças começaram a ser abandonadas nos degraus das igrejas, fazendo com que o final do século XVI fosse marcado por esse fenômeno (Federici, 2004).

Assim, os governantes que queriam a todo custo aumentar a população europeia, promulgaram políticas de fiscalização da reprodução do corpo feminino, criminalizando as profissões das parteiras, das médicas, das enfermeiras e de todas as mulheres que participavam de alguma forma da gestação, além de proibir a prostituição e fechar todos os bordéis municipais que haviam sido abertos anos antes, tendo em vista que os protestantes incentivavam a “família” e que a prostituição ia totalmente contra esse princípio (Federici, 2004).

Dessarte, várias mulheres que viviam e tiravam sua fonte de renda desse trabalho, o qual por anos foi apoiado e incentivado pelo Estado, viram-se à mercê de sua própria sorte, não sabendo onde morariam e nem como sobreviveriam. Assim, várias delas continuaram a exercer seus trabalhos de forma clandestina, até o momento em que as penas começaram a ficar tão rígidas e não humanizadas que muitas delas acabaram fazendo parte do grande número de desempregados e sem teto que moravam nas ruas.

As atrocidades impostas a essas mulheres eram feitas em espaços públicos, nos quais toda a população podia ver. Elas consistiam em colocar as prostitutas nuas em jaulas



pequenas e as afundarem até quase seu afogamento e, após a tortura, elas eram encarceradas nas prisões para o resto de suas vidas. Além disso, muitas vezes recebiam cem chibatadas, tinham seus cabelos e sobrancelhas raspados e eram banidas de suas cidades por 6 anos. Importante destacar que na França, o estupro das prostitutas deixou de ser crime (Federici, 2004).

Dessarte, as poucas mulheres que conseguiam empregos após a criminalização da prostituição, acabavam indo laborarem em “empregos domésticos”, e as mulheres solteiras ou viúvas que mudaram de cidades para morar sozinhas, muitas vezes eram expulsas por terem sido prostitutas, levando a fama de megeras.

Ressalta-se aqui que essas penas eram dadas exclusivamente para as mulheres, pois mesmo sendo de conhecimento de todos que eram os homens que muitas vezes buscavam seus trabalhos, eles não sofriam qualquer tipo de repressão.

Outra política que foi extremamente misógina foi o fato de que as mulheres foram proibidas de exercerem qualquer trabalho que tivesse contato com as mulheres gestantes, e sem dúvidas, esse foi um dos atos de maior submissão que as mulheres poderiam sofrer.

Isto se deve ao fato de que o parto era algo reservado e exclusivo para mulheres, na qual os homens nunca participavam e até mesmo eram impedidos de entrar nas casas (quartos) em que suas esposas estavam parindo. Assim, todo o processo do nascimento era concebido por mulheres (Federici, 2004).

Entretanto, isso começou a mudar quando a população europeia diminuiu e a morte de recém-nascidos aumentou. Naquela época, eles achavam que esses falecimentos se davam pelo estado de puerpério, os quais as mortes eram “escondidas” pelas parteiras ou até mesmo, que elas eram as responsáveis por matar os bebês a pedido das mães que não tinham como se sustentar e muito menos sustentar seus bebês.

Dessa maneira, o Estado foi o responsável por implementar políticas que acabavam com a livre escolha da mulher gestante (se iria continuar com a gravidez ou iria realizar o aborto), pois, agora, todas as mulheres que engravidassem, na Inglaterra, eram obrigadas a avisar ao Governo em que dia tinham descoberto a gravidez e, caso elas não avisassem ou os fetos morressem antes de elas darem a luz, poderiam sofrer pena de morte se fossem descobertas (Federici, 2004).

Ainda, a grande maioria das parteiras mulheres foram afastadas de suas atividades e substituídas por homens, fazendo com que eles comessem a ser reconhecidos por gerar



vida/dar à luz. As poucas parteiras que sobraram, deveriam demonstrar que eram devotas da religião que regia o Estado.

Outrossim, as parteiras viraram informantes do governo, pois ela deveriam passar todas as informações referentes a possíveis gravidezes que as mulheres tentavam esconder (como quando elas encontrassem alguém que estava em fase lactante, o que demonstraria que ela havia parido escondido do Estado), se as mulheres tinham filhos fora do casamento, se elas praticavam “atos” vulgares, se usavam métodos contraceptivos (Federici, 2004).

Nessa mesma linha, várias pinturas começaram a ser feitas para passar a imagem de que os homens eram os verdadeiros médicos e parteiros, retirando o papel da mulher que lhe pertenceu por todos esses anos. Logo, em questão de séculos, a obstetrícia havia caído quase completamente sob o controle estatal, acabando com o controle da mulher sobre a reprodução (Federici, 2004).

A PERSEGUIÇÃO ÀS MULHERES NA EUROPA - CAÇA ÀS BRUXAS

Para completar as políticas feitas em desfavor das mulheres, em meados do século XVI, a perseguição ao feminino se intensificou com o advento da política das caças às bruxas, que consistia basicamente em prender, torturar e queimar mulheres pobres por crimes que sequer haviam cometidos ou se haviam, que não poderia ser enquadrado como bruxaria.

Essa foi uma época de grande insegurança para todas as mulheres, pois bastava uma acusação de que estariam praticando bruxaria para que o Estado começasse a investigar e, em se tratando de mulheres de baixo nível social, eram presas sem ao menos conseguir se defender das acusações feitas.

Nesse sentido, Federici (2004) descreve que as mulheres acusadas de serem bruxas eram normalmente velhas, viúvas que viviam sozinhas e que recebiam assistência pública ou que sobreviviam indo de casa em casa suplicando por um pouco de comida, jarro de vinho ou leite. Caso elas fossem casadas, seus maridos eram trabalhadores diaristas. (Federici, 2004).

Além disso, as “bruxas”, também eram as mulheres libertinas e promíscuas, prostitutas ou adúlteras, que em geral praticavam sua sexualidade fora do vínculo do casamento e da procriação; a mulher rebelde que discutia, respondia, insultava e não chorava sobre tortura (Federici, 2004).



Os crimes dos quais elas eram acusadas giravam em torno de mau olhado; a maldição do mendigo a quem se negou a esmola; a inadimplência do pagamento do aluguel, entre outros (Federici, 2004). E aqueles que eram enquadrados como bruxaria: sodomia, infanticídio, adoração aos animais, que caracterizavam os hábitos das feiticeiras, curandeiras, encantadoras e adivinhas (Federici, 2004).

É necessário esclarecer que a caça às bruxas se desenvolveu sobretudo nos países nos quais o capitalismo se sobressaiu, pois em países que ele não ganhou força, haja vista a predominância dos laços de parentesco e um sistema coletivo de posse da terra, que impediram as divisões comunais, não há relatos de bruxas ou crimes advindos de forças sobrenaturais, como é o caso da Irlanda e as Terras Altas Ocidentais da Escócia (Federici, 2004). Isto porque, ao recorrerem ao poder da magia, debilitavam o poder das autoridades e do Estado, dando confiança aos pobres para manipular o ambiente natural e social, possivelmente para subverter a ordem constituída (Federici, 2004).

Ademais, também é necessário expor que não se deve confundir a caça às bruxas com a perseguição aos hereges, pois aquele era considerado um crime feminino, já que eles falavam que as mulheres tinham tendência à bruxaria devido a sua luxúria insaciável.

Nesse quesito, Martinho Lutero e os escritores humanistas ressaltaram as debilidades morais e mentais das mulheres como origem dessa perversão, apontando-as como seres diabólicos. Ainda, esse crime feminino estava ligado em grande escala à demonização das práticas contraceptivas. Jean Bodin, chegou a afirmar que “[...] devemos disseminar o terror entre algumas, castigando muitas” (Federici, 2004, p. 321).

Portanto, é plausível afirmar, em parte, que essa política foi um método para tentar criminalizar o controle de natalidade e colocar o corpo feminino (o útero) a serviço do aumento da população e da acumulação da força de trabalho (Federici, 2004).

Entrementes, quando elas eram capturadas, eram forçadas a tirarem suas vestimentas, tinham seus corpos depilados completamente, depois eram furadas com longas agulhas por todo o corpo, até mesmo na vagina, e muitas vezes eram estupradas. Investigava-se se eram ou não virgens e caso não confessassem os crimes, eram submetidas a ordálias ainda mais cruéis, sentavam-nas em cadeiras de ferro embaixo das quais se acendia fogo; seus ossos eram esmagados etc (Federici, 2004).

Desse modo, quando eram enforcadas ou queimadas, tomava-se cuidado para que a lição a ser extraída de sua pena não fosse ignorada. A execução era um importante



evento público que todos os membros da comunidade deviam presenciar, inclusive os filhos das bruxas, e especialmente suas filhas que, em alguns casos, eram açoitadas em frente à fogueira na qual podiam ver sua mãe ardendo viva (Federici, 2004).

Por fim, também necessita-se esclarecer que elas eram acusadas de promover o “sabá”, que eram reuniões que aconteciam à noite na qual elas abordavam assuntos que eram proibidos por lei, faziam orgias, dançavam em sentido anti-horário e rezavam a missa ao contrário. Todavia, essas acusações não passavam de ideias invertidos do capitalismo, isso é, era a inversão do domínio de classe (Federici, 2004).

O BRASIL COLONIAL E O SEXO FEMININO

Com o início da colonização europeia nos países sul americanos, a política da caça às bruxas, que era feita nas sociedades capitalistas, também começou a se institucionalizar nas colônias.

Para isso, a figura do demônio, que estava relacionado com a mulher idosa, de má aparência, passou a ser a relacionada com a dos escravos, os quais eram sequestrados em seus países de origem e trazidos à força para trabalharem para os senhores, nos sistemas de *plantation* e *encomienda*. Dessa maneira, a Igreja começou a representar o diabo como um homem negro (Federici, 2004), além de começar a criminalizar todos os resquícios que eles traziam da África para as colônias, como as religiões, danças, ervas, rituais.

Outrossim, as mulheres negras também não foram poupadas dessa criminalização, já que muitas delas eram acusadas de vender suas almas ao demônio por fazer com que os homens brancos ficassem encantados sexualmente por elas (Federici, 2004). Nesse diapasão, começou a ser institucionalizada a ideia de que a colonização seria benéfica a esses povos (negros e índios), uma vez que eles não detinham conhecimento suficiente para se libertarem dos falsos deuses e nem eram desenvolvidos suficientemente, pois não usavam vestimentas para cobrir seus órgãos genitais, por exemplo.

Nesse íterim, inaugurou-se, no Brasil, a ideia do racismo científico e do discurso da inferioridade das raças, os quais, com o desenvolvimento do capitalismo e os avanços tecnológicos, viriam a ser substituídos pelo “relativismo cultural” e pelo “multiculturalismo” (Almeida, 2019).



Importante destacar que o escritor brasileiro Almeida (2019), em seu livro *Racismo Estrutural*, entende que o termo “raça” surgiu com a constituição filosófica-antropológica do sujeito universal (homem europeu) concomitantemente com o projeto Iluminista, cujos estudos viriam a conferir assimetrias e hierarquizações entre povos civilizados e primitivos, isto é, atrasados e passíveis de serem exterminados e/ou colonizados (Le; Santos, 2019).

Foi nesse cenário de violência e desordem civil, que as mulheres começaram a se estagnar nos seus respectivos “papéis sociais”. Se por um lado as mulheres brancas reproduziam os valores patriarcais do período (geravam filhos, eram submissas a seus maridos, seguiam as orientações clericais e se mantinham no confinamento de suas casas na maior parte do tempo), por outro lado, as mulheres negras tiveram destaque nas atividades econômicas, sendo delas o trabalho na agricultura e doméstico (eram obrigadas a cuidarem e amamentarem não só de seus próprios filhos mas também dos seus senhores), exerciam a escravidão de ganho, eram obrigadas a satisfazerem a lascívia sexual dos homens, sobretudo seus próprios donos (frequentemente por meio da violência), lideravam rituais religiosos, eram as figuras mais importantes na comunicação entre as entidades e os participantes dos cultos de matriz africana. Dessa maneira, além de contribuir ativamente para a regularização do capitalismo no que tange à economia do mercado, elas contribuíram passivamente para o abastecimento dessa mão de obra, porque a cada prole que se dava à luz, um novo escravo surgia para ser explorado.

A esse respeito, deve-se salientar que os corpos dos escravos pertenciam aos senhores, seus donos, os quais os dominavam com agressividade e despudor, acarretando a imposição da subordinação sexual. Assim, antes das escravas serem compradas, elas eram submetidas e apalpadas, apertadas, beliscadas, cheiradas, amolengadas, quase mordidas (Freitas, 2011).

Para mais, essas mulheres tiveram de lidar com outras descriminalizações e atrocidades, como a venda de seus parceiros e o impedimento de casamentos (permitidos somente quando gerassem lucros às sociedades senhoriais), além dos variados castigos físicos que suportavam, pois muitas de suas senhoras, ao perceber que o marido estava encarando-as “em forma de desejo sexual”, destroçavam seus dentes com o sapato, mandavam cortar os mamilos das garotas recém entradas na puberdade, como se elas fossem as responsáveis pelos olhares (Freitas, 2011).



Desse modo, a sociedade e os valores brasileiros começaram a ser formados, sendo nítida a divergência de política estatal entre os sexos, e, sobretudo, entre as mulheres brancas e negras. Além disso, destaque-se o fato do próprio Estado incentivar essa desavença entre elas, pois assim elas nunca iriam se unir para tentar acabar com o patriarcado e com o capitalismo, porque, caso isso acontecesse, elas iriam conseguir retomar a importância que tinham na época das terras comunais.

O LEGADO DEIXADO NO BRASIL

Dessarte, esse racismo institucionalizado, nos dias atuais, aparece de forma “estilizada”, se integrando à normalidade da vida social, e ele sobrevive graças à recriação de um imaginário social em que determinadas características biológicas ou práticas culturais são associadas à raça, além de que a desigualdade social seja naturalmente atribuída à identidade racial dos indivíduos (Almeida, 2019)

Dessa maneira, conforme afirma Almeida (2019), pode-se dizer que o racismo, como ideologia, molda o inconsciente do homem, isto é, todos os atos que praticam, seja no âmbito da política ou no âmbito cultural, são feitos a partir de padrões clivados racialmente e inseridos no imaginário e em práticas sociais cotidianas. Portanto, o racismo não depende de uma ação consciente para existir.

Nesse ínterim, a partir do momento em que as mulheres negras africanas foram trazidas para o novo mundo com o único intuito de serem exploradas economicamente e sexualmente pelos brancos europeus, e que o Estado nada fez para que essa situação fosse alterada, o simples fato da sociedade aceitar e reproduzi-la contribui para que o racismo subsista.

Também podemos ver essa relação quando os meios de comunicação, cultura e educacional mostram repetidamente que mulheres negras tem vocação natural para o emprego doméstico, que elas não têm contribuições importantes para a história, literatura, ciência, estão apenas ratificando os ideais que foram construídos desde a escravidão até os dias hodiernos.

Entrementes, com as mudanças na estrutura econômica e política, que exigiam formas mais sofisticadas de dominação, houve o incremento das técnicas de exploração



econômica, as quais vieram acompanhadas da evolução das técnicas de violência e opressão, destruindo a cultura e os corpos negros, para sua domesticação (Almeida, 2019).

Foi baseado nessas relações socioeconômicas que o Brasil foi formado e desenvolvido, sempre usufruindo dessa disparidade sexual. E apesar das várias tentativas do Estado em institucionalizar a equiparação salarial, sendo a primeira tentativa em 1943 com o presidente Getúlio Vargas, e em 1988 com a vigência da Constituição Federal Brasileira, na prática isso ainda não ocorre.

Segundo pesquisa feita em 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as mulheres ganham em média 20% a menos que os homens apesar de possuírem a mesma idade, escolaridade, ocuparem o mesmo cargo e função (Alvarenga, 2022). Isso quer dizer que em um ano, as mulheres trabalharam aproximadamente 74 dias de graça, conforme afirma Thais Barcellos, pesquisadora da consultoria IDados e autora do levantamento (Alvarenga, 2022).

E apesar de todas as pessoas saberem que existe essa diferença salarial na sociedade brasileira, as empresas continuam a exercer essa prática, pois elas sabem que a pecúnia que tem que pagar é de valor extremamente irrisório, o que “compensa” elas a efetuarem o pagamento a menor para as trabalhadoras.

Outrossim, como se isso não bastasse, os produtos considerados “femininos” são muito mais caros do que os produtos considerados “masculinos”, fazendo com que as mulheres sofram duplamente com esse mal institucionalizado, pois além de ganharem menos, elas precisam pagar mais pelas mercadorias (Dana, 2018).

Dessarte, no Brasil, em média, as mulheres pagam 12,3% a mais que os homens para adquirir produtos e serviços, conforme pesquisa realizada pelo Mestrado Profissional em Comportamento do Consumidor, com apoio da InSearch (Espm, 2017).

Esse fenômeno é conhecido como “Taxa Rosa”, no qual o termo foi criado em estudo americano feito no ano de 2015 pelo The New York City Department of Consumer Affairs – órgão de proteção ao consumidor de Nova Iorque, o qual constatou que as mulheres pagavam mais que os homens para adquirirem serviços e mercadorias. Inclusive, o próprio prefeito da cidade de Nova York, na época, Bill de Blasio, participou da assinatura da pesquisa admitindo que os preços chegavam a ser até 7% mais caros (Dana, 2018).

Também é necessário expor que quando se trata de cargos elevados ocupados pelas mulheres, elas representam quase a metade dos cargos de liderança, como em ONGs e



associações (47%), educação (46%) e serviços pessoais e de bem-estar (45%). No outro extremo, há setores em que as mulheres estão em absoluta minoria, como tecnologia (24%), energia (20%) e infraestrutura (16%), conforme pesquisa feita pelo Fórum Econômico Mundial (Insper, 2022).

Por fim, é necessário destacar que, no Brasil, os cargos ocupados pelas mulheres na política são de meros 15,2% dos assentos na Câmara e 12,4% no Senado. Dos 513 deputados federais eleitos para representar o povo na Câmara dos Deputados, apenas 77 são mulheres, e 436 são homens. No Senado Federal são 12 senadoras para 68 senadores. Além disso, nas eleições de 2018, mulheres são 15,49% dos deputados estaduais eleitos, e apenas 3,7% dos governadores, conforme aponta pesquisa feita pela Organização das Nações Unidas e pela União Interparlamentar no ano de 2020 (Spíndola, 2021).

CONCLUSÃO

Pode-se averiguar que as mulheres, desde o início do sistema capitalista, sempre tiveram dificuldades para sobreviver e afirmar seus direitos como cidadãs, pois sempre houveram grupos institucionais que tentaram dominá-las e subjugar-las.

Foi assim que a Igreja (católica e protestante) juntamente com os políticos, instituíram a desigualdade salarial (que viria a ser sucedido pela proibição do trabalho feminino), as políticas de Caça às Bruxas e, conseqüentemente, o massacre das mulheres, tendo como reflexo os primeiros episódios de racismos no Novo Mundo.

Dessa maneira, por mais que elas tentassem pertencer ao mesmo patamar que os homens, sempre havia um obstáculo calculado precisamente para que elas não conseguissem. Nessa linha, podemos citar a quase descriminilização do estupro nas cidades europeias e posteriormente a criação de bordéis patrocinado pelo próprio Estado.

Assim, quando essas mulheres estavam quase conseguindo se sustentar sozinhas sem depender de nenhum homem (marido, pai, filho), as casas de prostituição foram fechadas e elas foram postas à própria sorte nas ruas das cidades, além de serem decretadas penas severas para as mulheres que ousavam a continuar com as atividades, enquanto que para os homens não existia nenhum malefício.

Nessa mesma linha, contribuindo para a discriminação feminina, as mulheres foram proibidas de exercerem qualquer atividade econômica que fosse concorrente com os



serviços prestados pelos homens, e aqueles poucos trabalhos que restaram, os salários eram extremamente irrisórios e elas só poderiam receber por meio de seus parceiros, que ficavam encarregados de repassar os valores a elas.

Desse modo, foram obrigadas a se unir para conseguirem sobreviver. Porém, ao passo em que elas iam se juntando (dividindo habitação, ensinando métodos contraceptivos, se unindo na fé pagã), foi institucionalizada a política da caça às bruxas que fez com que milhares delas fossem mortas enforcadas, queimadas, torturadas.

Como se não bastasse, essa política foi exportada para o Novo Mundo, o que fez com que mulheres negras também fossem consideradas bruxas, porque traziam resquícios de sua fé africana para as terras colonizadas.

Dessa maneira, à medida que novas escravas iam chegando ao Brasil, novas funções sociais eram ensinadas pelo Estado, as quais visavam sempre incentivar as “rixas” entre as mulheres, pois desse modo o patriarcado nunca iria ser ameaçado. Logo, a Igreja ensinou como as senhoras, donas de escravos, deveriam se comportar e como elas deveriam dominar as recém chegadas.

Conseqüentemente, deu-se início ao racismo e a subjetivação das mulheres negras como sendo a “escória” da sociedade. Assim, os subempregos e a perspectiva de que eram essas mulheres que ocupavam esses postos foram passados de geração em geração, tendo como principais disseminadores os meios de comunicação, cultura e educacional do próprio país.

Paralelamente, foi se consolidando a diferença salarial entre os sexos, apesar desses trabalhadores e trabalhadoras possuírem a mesma idade, escolaridade, ocuparem o mesmo cargo e função, chegando ao patamar das mulheres receberem 20% a menos do que os homens.

Portanto, é necessário que haja uma mudança social drástica, pois o papel das mulheres nunca foi escrito por elas, mas sim por aqueles que governavam os continentes e buscavam o melhor jeito de as possuírem e protegerem o sistema capitalista e o modo patriarcal de poder.

Já é fato que mudanças estão ocorrendo em todo o mundo, entretanto, não basta que esses novos objetivos sejam apenas traçados no mundo teórico, é preciso que eles sejam postos em prática, pois se não ocorrerá às mesmas formalidades que ocorrem no Brasil, onde existem leis que proíbem a diferença salarial, mas mesmo assim esse ato acontece por



não haver penalidades severas e por existir essa ideia institucionalizada e disseminada no meio socioeconômico brasileiro.

REFERÊNCIAS

Almeida, S. *Racismo Estrutural*. Rio de Janeiro: Jandaíra, 2019.

Alvarenga, D. Mulheres ganham em média 20,5% menos que homens no Brasil. *G1*, [S. l.], 8 mar. 2022. Seção Notícias. Disponível em: <https://g1.globo.com/dia-das-mulheres/noticia/2022/03/08/mulheres-ganham-em-media-205percent-menos-que-homens-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 16 jul. 2023.

Cruz, N. Escola de Frankfurt. *Quero Bolsa*, 22 jul. 2022. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/enem/sociologia/escola-de-frankfurt>. Acesso em: 17 jul. 2023.

Dana, S. 'Taxa rosa': por que produtos para as mulheres são mais caros?. *G1*, [S. l.], 4 out. 2018. Seção Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/educacao-financeira/blog/samy-dana/post/2018/10/04/taxa-rosa-por-que-produtos-para-as-mulheres-sao-mais-caros.ghtml>. Acesso em: 16 jul. 2023.

Espm. Mulheres pagam mais por produtos “rosa”. *Nota Alta ESPM*, [S. l.], 9 mar. 2017. Seção Assunto do Dia. Disponível em: <https://notaalta.espm.br/o-assunto-do-dia/mulheres-pagam-mais-por-produtos-rosa/>. Acesso em: 16 jul. 2023.

Federici, S. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva*. 3. ed. [S. l.]: Elefante, 2004.

Freitas, M. A. 'O Cotidiano Afetivo-Sexual no Brasil Colônia e Suas Consequências Psicológicas e Culturais nos Dias de Hoje'. *Ponta de Lança - Revista de História, Memória e Cultura*, v. 5, p. 63-68, 2011.

Insper. Mulheres ocupam só 37% dos cargos de Liderança nas empresas no mundo. *Insper*, São Paulo, 4 ago. 2022. Seção Notícias. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/noticias/mulheres-ocupam-so-37-dos-cargos-de-lideranca-nas-empresas-no-mundo/>. Acesso em: 17 jul. 2023.

Jay, M. *A Imaginação Dialética: História da Histórica de Frankfurt e do Instituto de Pesquisa Sociais 1923-1950*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto Ltda., 2008.

Le, M. H. S. F.; Santos, A. O. O. Resenha do Livro “O Que é Racismo Estrutural?” de Silvio Luiz Almeida. *Revista Formadores Vivências e Estudos*, v. 12, n. 8, p. 72-82, 2019. Disponível em: <https://adventista.emnuvens.com.br/formadores/article/view/1267/933>. Acesso em: 17 jul. 2023.

Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

Paterman, C. *The sexual contract*. Stanford: Stanford University Press, 1988.



Silva, D. N. Feudalismo: o feudalismo foi um sistema político, econômico e social que existiu na Europa Ocidental durante o período medieval. Seu auge aconteceu entre os séculos XI e XIII. *Brasil Escola*, c2023. Seção História. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/feudalismo.htm>. Acesso em: 30 ago. de 2023.

Spíndola, M. Mulheres e Política: acesso feminino aos cargos políticos: Brasil ocupa a 142ª posição em ranking de representatividade feminina em Parlamento. Ruanda e Cuba são 1º e 2º colocados. *Blog Instituto Brasileiro de Governança Corporativa*, São Paulo, 18 maio 2021. Disponível em: <https://www.ibgc.org.br/blog/mulheres-politica-acesso-feminino-aos-cargos-politicos>. Acesso em: 17 jul. 2023

